



24° ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
Perspectivas Contemporâneas na Ciência da Informação
• Vitória - ES • Ancib • PPGCI/UFES



XXIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXIV ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 5 – Política e Economia da Informação

A PRESENÇA DE VÍDEOS DIGITAIS EM POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO DE REPOSITÓRIOS DE UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

THE PRESENCE OF DIGITAL VIDEOS IN INFORMATION POLICIES OF REPOSITORIES OF BRAZILIAN FEDERAL UNIVERSITIES

Flaviana Franco de Almeida – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Edilene Maria da Silva – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: Com a crescente criação e disseminação de vídeos por docentes e pesquisadores em plataformas privadas como YouTube, há preocupações sobre a potencial perda de conteúdo científico que poderia ser reutilizado pela universidade. Repositórios institucionais seriam o ambiente adequado para disponibilizar e preservar esses materiais. Este estudo examina as políticas de informação de repositórios de universidades federais, focando nos vídeos, utilizando pesquisa documental e análise de conteúdo. Os resultados indicam que a maioria dos repositórios não trata adequadamente as especificidades dos vídeos nas suas políticas. Embora as políticas mencionem a inclusão de vídeos, isso não se reflete nos portais de acesso.

Palavras-chave: vídeo digital; repositório institucional; política de informação.

Abstract: With the increasing creation and dissemination of videos by professors and researchers on private platforms such as YouTube, there are concerns about the potential loss of scientific content that could be reused by the university. Institutional repositories would be the appropriate environment to make and preserve these materials available. This study examines the information policies of federal university repositories, focusing on videos, using documentary research and content analysis. The results indicate that most repositories do not adequately address the specificities of videos in their policies. Although the policies mention the inclusion of videos, this is not reflected in the access portals.

Keywords: digital video; institutional repository; information policy.

1 INTRODUÇÃO

Os vídeos digitais estão gradualmente sendo integrados ao ambiente acadêmico de pesquisa por meio dos repositórios digitais. Esses vídeos, que incluem *lives*, palestras,

conferências, aulas, entre outros, são frequentemente criados e arquivados com professores, bolsistas e outros profissionais, que participam desses eventos. Isso levanta preocupações, considerando a potencial perda de conteúdo informacional que poderia ser (re)utilizado pela universidade no futuro (Santos, 2018).

Uma limitação observada é a falta de um processo estruturado para recuperação, organização e tratamento técnico desses materiais audiovisuais digitais. É preciso um olhar mais criterioso devido à complexidade de suportes e formatos, bem como a vulnerabilidade às rápidas mudanças tecnológicas e aos requisitos de metadados.

Um Repositório Institucional (RI) desempenha um papel importante na preservação e disponibilização desse material. Segundo Callicott, Scherer e Wesolek (2016), os RIs oferecem serviços para apoiar a preservação, organização e acesso à produção intelectual da instituição, além de gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica, artística e cultural (Sayão *et al.*, 2009).

No entanto, os vídeos digitais, muitas vezes agrupados e considerados como uma categoria genérica de “outros”, geram incertezas quanto à sua importância e classificação. A ausência de diretrizes claras para o autodepósito e disponibilização desses vídeos, bem como sua omissão em políticas de informação de alguns RIs, representam desafios adicionais. Para lidar com essas questões, é basilar estabelecer políticas transparentes e bem estruturadas.

Diante disso, surge a necessidade de políticas de informação mais robustas nos RIs para assegurar o acesso adequado a vídeos científicos e clareza nas políticas. O problema do estudo é: Como os Repositórios Institucionais tratam os vídeos digitais em suas políticas de informação? Este estudo objetiva analisar as políticas de informação em RIs de universidades federais brasileiras com foco nos vídeos digitais.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracteriza-se como pesquisa documental e análise de conteúdo, envolvendo a análise das políticas de informação dos repositórios das universidades federais brasileiras em relação à inclusão de vídeos.

Inicialmente, foram identificadas 69 universidades federais por meio do portal e-MEC¹ do Ministério da Educação. Em seguida, conduziu-se uma busca nos *sites* oficiais dessas universidades para localizar os repositórios digitais. Os repositórios foram selecionados com

¹ Fonte: <https://emec.mec.gov.br/>

base na disponibilidade de suas políticas de informação e na inclusão explícita de vídeos nessas políticas.

Entre as 69 universidades verificadas, constatou-se que 26 não incluem vídeos na política de informação do repositório, 13 não disponibilizam políticas formalizadas em seus repositórios, quatro possuem apenas Banco de Teses e Dissertações (BDTD), um repositório está em processo de implantação e oito universidades não possuem repositórios. Como resultado, foram identificadas 17 universidades com repositórios que incluem vídeos em suas políticas. Os dados foram coletados entre 17 e 21 de maio de 2024.

A investigação utilizou a técnica de análise de conteúdo, examinando categorias organizadas no Excel. As categorias analisadas foram baseadas nas principais áreas da política de informação identificadas e recomendadas pelo OpenDOAR (2024): Política de metadados; Política de dados; Política de conteúdo; Política de submissão e Política de preservação.

A pré-análise compreendeu a leitura geral das políticas de informação dos RIs, tendo em mente o aporte teórico e as categorias pré-definidas de acordo com OpenDOAR (2024). A segunda fase foi a exploração do material que serviu analisar detalhadamente cada política.

3 LITERATURA CINZENTA E REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS

Segundo Schöpfel (2011), a literatura cinzenta é uma categoria que se desenvolveu historicamente ao longo do tempo, representando vários tipos de documentos produzidos em todos os níveis de governo, acadêmicos, empresas e indústria, em formatos impressos e eletrônicos. Esses documentos são protegidos por direitos de propriedade intelectual e de qualidade suficiente para serem coletados e preservados por acervos de bibliotecas ou repositórios institucionais, mas não controlados por editores comerciais.

Adams, Smart e Huff (2017) classificam os vídeos como “literatura cinzenta”. Os autores definem a literatura cinzenta como artefato de conhecimento que não é produto de processo de revisão por pares, característica das publicações científicas.

A literatura cinzenta, de acordo com Adams, Smart e Huff (2017), é classificada em três níveis denominada “tons de literatura cinza”, relacionados à capacidade de recuperação e a credibilidade dos documentos. Esses níveis são: nível 1 (Significativa), nível 2 (Moderada) e nível 3 (Baixa). Os vídeos estão no nível 2, juntamente com relatórios anuais, apresentações, wikis, teses e dissertações e conjunto de dados com DOI.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

A heterogeneidade da literatura cinzenta torna difícil seu arquivamento, recuperação, análise, síntese, captura de dados bibliográficos, extração de dados e integração. Originária de uma variedade complexa de artefatos de informação, avaliar esse material requer tempo e trocas complicadas (Adams; Smart; Huff, 2017).

Na era digital, os Repositórios Institucionais assumem funções tradicionais dos acervos bibliotecários, pois contemplam “a reunião, armazenamento, organização, preservação, recuperação e, sobretudo, a ampla disseminação da informação científica produzida na instituição” (Leite *et al.*, 2012, p.7).

Leite (2009) aponta duas abordagens para construir um RI: rígida e flexível. A abordagem rígida prioriza conteúdos que foram submetidos ao processo de avaliação por pares, enquanto a flexível agrega outros elementos, como os produtos da literatura cinzenta, conteúdo audiovisual, dados brutos de pesquisa, simulações, imagens e vídeos, relatórios de pesquisa e objetos de aprendizagem.

Segundo Ferreira *et al.* (2017), um RI pode ser considerado um “serviço” oferecido tanto para a instituição, quanto para a comunidade científica e as agências de fomento. Dessa forma, é importante a elaboração de políticas institucionais de informação relacionadas aos tipos de “serviços” oferecidos pelos repositórios para promover sua divulgação e utilização.

4 POLÍTICA DE INFORMAÇÃO EM REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS: TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Os RIs não apenas concretizam o acesso aberto, mas também valorizam as instituições de pesquisa ao preservar sua produção científica a longo prazo e disponibilizando-a ao público (Cho, 2019). Integrados ao Movimento de Acesso Aberto, eles ampliam a comunidade de usuários da informação sem restrições (Freitas; Silva; Guimarães, 2009).

Para Kuramoto (2009), implantar um RI não é tecnicamente desafiador devido à disponibilidade de *software* de código aberto como o *DSpace*, que permite o autodepósito pelos autores. Nesse sistema, o autor é responsável por depositar seu próprio documento, o que levanta questões sobre o povoamento dos repositórios. Instituições que estabeleceram políticas, tornando obrigatório o registro e depósito das teses e dissertações, observaram um crescimento em suas bibliotecas digitais, ao contrário daquelas sem essa abordagem.

Da mesma forma, estabelecer políticas que incentivem o depósito de vídeos científicos, promoveria a institucionalização desses vídeos e uma cultura de autodepósito. Além de centralizar e preservar o conhecimento científico produzido pelos membros da

instituição, também poderia reduzir a dependência de plataformas externas, como o YouTube, utilizando-as apenas para divulgação. Kuramoto (2009, p.206) observa uma “necessidade de se ter uma política ou um mandato tornando obrigatório o registro da produção científica pelos próprios autores, caso contrário, a iniciativa de registro desta produção corre sério risco de fracasso”.

Os RIs para funcionar e atender às expectativas do movimento de acesso aberto dependem de algum instrumento que garanta o depósito por parte dos pesquisadores. Para isso, universidades ao redor do mundo vêm estabelecendo políticas de informação para garantir o povoamento desses repositórios (Kuramoto, 2009). Baggio (2016) destaca a importância de que essas políticas estejam acessíveis aos usuários nos próprios repositórios.

Sandra Braman, em entrevista à Silva e Garcia (2016, p.242), afirma que uma “política de informação tem um amplo domínio. É um termo guarda-chuva empregado para se referir a todas as leis e regulamentos que são aplicados a criação, processamento, fluxo e uso de informação”. No contexto dos repositórios, Shintaku e Meirelles (2010, p.32) afirmam tratar de “[...] recomendações que orientam na implantação e gerenciamento [...]. Na maioria dos casos, são definidas durante o planejamento do repositório, alinhadas principalmente com a sua finalidade”.

A política pode ser compreendida pelo seu lado concreto, ou seja, às normas, regulamentos, orçamentos e legislações e, o abstrato, isto é, não formalizado em documentos, tais como: conflitos de interesses dos atores, interpretações distintas acerca da informação, processo de negociação e exercício de poder em distintos graus (Silva, 2018).

No campo concreto, as decisões são firmadas e validadas por meio de instrumentos legais e regulações (Silva, 2018). Desse modo, a política de informação é viabilizada por um conjunto de leis, regulamentos, posições doutrinárias e outras tomadas de decisões e práticas com efeitos constitutivos que fomentam ou regulam a criação, processamento, fluxos, acesso e uso da informação (Braman, 2011). Nesse cenário, a política de RIs deve regular todo o fluxo informacional dos conteúdos depositados garantindo transparência e segurança a todos os atores envolvidos.

A transparência é um elemento importante nas políticas de informação. Florini (1998) define a transparência como o oposto de sigilo. Enquanto o sigilo oculta deliberadamente suas ações, a transparência envolve revelá-las intencionalmente. Refletir sobre transparência nos conduz inevitavelmente a considerar a opacidade. No contexto administrativo, Jardim (1999)

observa que a opacidade surge tanto da frágil familiaridade dos usuários com a estrutura burocrática, quanto do receio de que a transparência reduza as possibilidades de manobras do corpo administrativo em relação aos usuários e aos grupos de interesse.

Portanto, a transparência de políticas em RIs deve assegurar que os processos sejam claros e compreensíveis. Logo, manuais, guias ou tutoriais, como os de autodepósito, são essenciais para o fluxo da informação, principalmente quando um repositório adota uma abordagem flexível de itens, como texto, imagem, áudio e vídeo.

Em suma, a análise das políticas dos repositórios será focada nos vídeos digitais. Esta observação utilizará as lentes da transparência da informação presentes nesses documentos, considerando o nível de detalhamento ou ausência de informações.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise das políticas de informação dos RIs revelou *insights* relevantes sobre o tratamento de vídeos. Inicialmente, observou-se que das 69 universidades com RIs, em 13 delas as políticas não estavam acessíveis aos usuários no portal do repositório. Quando formalizada e tornada pública, a política ajuda a estabelecer uma postura transparente do repositório, orientando depositantes ou interessados sobre os procedimentos adotados e reforçando a garantia de perpetuação e acesso (Weitzel; Mesquita, 2015).

O OpenDOAR (2024) destaca cinco áreas políticas principais que atendem as melhores práticas para garantir conformidade com o acesso aberto: política de metadados; política de dados; política de conteúdo; política de submissão; e política de preservação. Essas áreas foram utilizadas como base para a análise das políticas de informação dos RIs.

A **política de metadados** orienta os depositantes sobre os direitos e permissões de acesso às informações que descrevem os itens e os requisitos mínimos de metadados (OpenDOAR, 2024). No entanto, as políticas analisadas não diferenciam adequadamente os formatos dos documentos digitais nesse aspecto. Há diferenças significativas entre esses formatos, como os vídeos, que apresentam características peculiares. Por exemplo, na descrição dos vídeos, é necessário incluir informações sobre o diretor, o produtor e o editor. Essas informações na política são indispensáveis, especialmente em repositórios que incentivam o autodepósito dos materiais digitais.

A **política de dados** declara os direitos de acesso e permissões de (re)utilização para texto completo e outros itens de dados completos (OpenDOAR, 2024). Nesta etapa, a análise

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

mostrou que dos 17 repositórios, sete mencionam claramente o uso da Licença *Creative Commons*, viabilizando o acesso aberto. Nos outros 10 repositórios, as políticas tratam indiretamente, mencionando sobre o uso dos dados, afirmando que os documentos são propriedade e responsabilidades do(s) autor(es).

A **política de conteúdo** informa os tipos e versões de documentos e conjuntos de dados mantidos (OpenDOAR, 2024). A análise desta política reafirmou o critério de seleção dos RIs que seriam examinados, com foco na inclusão de vídeos como tipo de documento mantido. Embora todos os RIs incluam o formato vídeo em suas políticas, foram observadas algumas divergências ao verificar sua disponibilidade nos portais de acesso.

Dos 17 RIs analisados, sete repositórios apresentam a categoria “Vídeo” em seu acervo. Em nove RIs, não havia categoria correspondente para este formato, e um não foi acessível devido a erro do sistema. Entre os sete RIs que disponibilizam vídeos em seu acervo, há variação na nomenclatura utilizada, como “audiovisual”, “Vídeo” e “Vídeo live”. Além disso, foi observada a quantidade de vídeos inseridos em relação ao acervo total dos RIs (Quadro 1). A coleta dos dados foi realizada em 22 de junho de 2024.

Quadro 1 – Identificação do tipo de documento em que é categorizado o vídeo nos RIs.

Repositório	Coleção RI	Tipo de Documento/Coleção	Quantidade vídeos
Repositório Institucional da UFCSPA (RI-UFCSPA) ²	2.034	<ul style="list-style-type: none">• ARES Vídeo;• Multidisciplinar – Vídeo;• PPGENSAU – Vídeo.	<ul style="list-style-type: none">• ARES Vídeo (313 em PDF)• Multidisciplinar-Vídeo (4)• PPGENSAU-Vídeo (0)
Repositório Digital da UFFS ³	7.368	Audiovisual	11
Repositório Digital da Universidade Federal de Pernambuco - ATTENA ⁴	54.642	Vídeo	1
Repositório Institucional UFC ⁵	71.944	Vídeo	3
Repositório Institucional UFRN ⁶	44.646	Vídeo	2
Lume - Repositório Digital ⁷	268.578	Vídeo	2.591
Repositório Institucional da Universidade Federal Fluminense (RIUFF) ⁸	28.788	Vídeo vídeo vídeo (Live)	Vídeo (8) Vídeo (192) vídeo (1) Vídeo (Live) (145)

Fonte: Dados da pesquisa.

² Fonte: <https://repositorio.ufcspa.edu.br/home>

³ Fonte: <https://rd.uffs.edu.br/>

⁴ Fonte: <https://repositorio.ufpe.br/>

⁵ Fonte: <https://repositorio.ufc.br/>

⁶ Fonte: <https://repositorio.ufrn.br/>

⁷ Fonte: <https://lume.ufrgs.br/>

⁸ Fonte: <https://app.uff.br/riuff/>

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

A **política de submissão** abrange aspectos como depositantes elegíveis, controle de qualidade e declarações de direitos autorais (OpenDOAR, 2024). A análise das 17 políticas revelou que, em todos os repositórios, as submissões de documentos em formato digital são elegíveis aos membros da comunidade institucional. Embora todos os RIs revisem as submissões de documentos digitais para garantir qualidade, não há abordagem especificamente aos desafios de direitos autorais relacionados a vídeos.

Quando se trata de uma obra audiovisual, surge um desafio em relação aos direitos autorais, especialmente em transmissões ao vivo, como “*lives*”. Durante o período pandêmico da COVID-19, este desafio se destacou ainda mais. É comum que as pessoas não relacionadas ao evento apareçam no cenário ao fundo, o que levanta questões sobre os direitos de uso de imagem. Esse aspecto, no entanto, não foi abordado nas políticas analisadas.

Ainda em relação à política de submissão, o Repositório Institucional da Universidade Federal Rural da Amazônia (RIUFRA) se destaca pela obrigatoriedade de depósito de objetos digitais em formato de vídeo. É mandatório o depósito de publicações técnico-científicas dos docentes e técnicos administrativos da instituição, incluindo arquivos multimídia provenientes da produção científica, como softwares e vídeos.

Cumprir essa norma proporciona vantagens aos pesquisadores, como bonificações e critérios de desempate em editais internos, desde que tenham depositado no mínimo 50% das suas publicações descritas no Currículo Lattes. Além de garantir a inclusão de materiais diversos, essa exigência promove a ampla disseminação do conhecimento produzido pela comunidade da UFRA.

A **política de preservação** envolve protocolos de retenção, migração e retirada de longo prazo (OpenDOAR, 2024). Para esta análise, foram verificados aspectos relacionados aos formatos de preservação para vídeos. A análise das políticas revelou que, dos 17 repositórios, apenas seis especificavam formatos de arquivos de vídeo para a preservação dos documentos a longo prazo. Os formatos exigidos foram: AVI, MP4 e MPEG4.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo explorou as políticas de informação de Repositórios Institucionais de Universidades Federais Brasileiras, com foco na inclusão de vídeos em seus acervos digitais.

Ao examinar as políticas, identificou-se uma variedade de procedimentos e lacunas. A maioria dos repositórios não trata de maneira adequada as especificidades do vídeo, como

questões de metadados, direitos autorais e formato para preservação. A falta de informações específicas e claras sobre estas questões é considerada como opacidade informacional, na qual a ausência de informação impede a participação dos usuários, diminui as possibilidades de entender os benefícios e desafios do depósito de vídeos, quais direitos são considerados e os impactos disso na produção e consumo da informação científica.

A falta de um nível maior de transparência nas diretrizes das políticas pode limitar a capacidade desses repositórios de atender plenamente às necessidades dos depositantes e usuários finais. Os aspectos relacionados aos vídeos ainda são incipientes nos RIs analisados.

O estudo buscou destacar como os materiais em vídeo, um recurso talvez esquecido pelos gestores de RIs, são tratados pelas políticas dos repositórios de Universidades Federais. Com isso, sugere-se que os gestores revisem e atualizem continuamente suas políticas, incorporando diretrizes mais detalhadas, em especial sobre o formato de vídeo.

O uso de tutoriais e guias para autodepósito pode facilitar a inclusão de informações adicionais sobre metadados, padrões de arquivos para preservação, entre outros. Essas ações não apenas melhoram o operacional dos repositórios, mas também fortalecem seu papel como catalisadores de acesso aberto e inclusão na era digital, além de potencializar a transparência e segurança dos dados e dos atores presentes em todo o fluxo informacional.

REFERÊNCIAS

ADAMS, R.; SMART, P.; HUFF, A. S. Shades of Grey: Guidelines for Working with the Grey Literature in Systematic Reviews for Management and Organizational Studies. **International Journal of Management Reviews**, vol. 19, 2017, pp. 432-454. DOI: <https://doi.org/10.1111/ijmr.12102>.

BAGGIO, C. C. **Análise das políticas de informação dos repositórios institucionais das universidades federais do Brasil**. 2016. 352 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/174712>. Acesso em: 30 maio 2024.

BRAMAN, S. Defining Information Policy. **Journal of Information Policy**. [S.l.], v. 1, jan. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.5325/jinfopoli.1.2011.0001>. Acesso em: 30 maio 2024.

CALLICOTT, B. B.; SCHERER, D.; WESOLEK, A. (ed.). **Making Institutional Repositories Work**. West Lafayette, Indiana: Purdue University Press, 2016. 356 p.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

CHO, J. Exploratory analysis of the operation of institutional repositories in Asian countries. **Information Development**, [S.l.], v. 35, n. 2, p. 262-271, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1177/0266666917742442>.

FERREIRA, A.; SANCHEZ, F.; VIDOTTI, S.; PINTO, C.; MARTÍNEZ, S. Serviços de Informação em Repositórios Institucionais. *In: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO-SECIN, 7., 2017, Londrina. Anais [...]. Londrina: UEL, 2017. p. 600-615. Disponível: <https://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2017/secin2107/paper/view/462/300>. Acesso em: 05 maio 2024.*

FLORINI, A. The End of Secrecy. **Foreign Policy**, [S.L.], n. 111, p. 50-63, 1998. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/265066006_The_End_of_Secrecy. Acesso em: 07 jun. 2024.

FREITAS, M. A.; SILVA, P. N.; GUIMARÃES, J. F. Repositórios institucionais: a experiência da universidade de Brasília. *In: SAYÃO, L.; TOUTAIN, L. B.; ROSA, F. G.; MARCONDES, C. H. Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: Edufba, 2009. p. 333-343. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ufba/473>. Acesso em: 30 maio 2024.*

JARDIM, J. M. **Transparência e opacidade do estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental**. Niterói: EDUFF, 1999.

KURAMOTO, H. **Repositórios Institucionais: políticas e mandatos**. Salvador: Edufba, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ufba/473>. Acesso em: 05 maio 2024.

LEITE, F. C. L. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositórios institucionais de acesso aberto**. Brasília: IBICT, 2009. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/handle/1/775>. Acesso em: 30 maio 2024.

LEITE, F.; AMARO, B.; BATISTA, T.; COSTA, M. **Boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica**. Brasília: IBICT, 2012. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/handle/1/703>. Acesso em 01 jul. 2024.

OPENDOAR. **Tools and support**. 2024. Disponível em: <https://v2.sherpa.ac.uk/opensoar/policytool/>. Acesso em: 08 maio 2024.

SANTOS, F. E. P. **Gestão de acervos audiovisuais em repositórios**. 194 f. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/39305>. Acesso em 20 fev. 2023.

SAYÃO, L.; TOUTAIN, L.; ROSA, F.; MARCONDES, C. (org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: Edufba, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ufba/473>. Acesso em: 25 abr. 2023.

SCHÖPFEL, J. Towards a Prague definition of grey literature. **The Grey Journal**, [S.l.], v. 7, ;p. 5–18, 2011. Disponível em: https://greynet.org/images/GL12_S1P,_Sch_pfel.pdf. Acesso em: 02 jun. 2024.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

SHINTAKU, M.; MEIRELLES, R. **Manual do Dspace**. Salvador: EDUFBA, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/769>. Acesso em: 06 jun. 2024.

SILVA, E. M. da. Informação, política e poder na administração do Estado de Pernambuco: pacto pela vida. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2018, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: TPBCI, 2018. p. 3448-3467.

SILVA, M. S.; GARCIA, J. C. R. Política de informação e memória - Sandra Braman. **Informação & Sociedade: Estudos**, [S.l.], v. 26, n. 3, 2016. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/#/v/92954>. Acesso em: 30 maio 2024.

WEITZEL, S. R.; MESQUITA, M. A. A. Preservação digital em repositórios institucionais. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 11, n. 1, 2015. DOI: <https://doi.org/10.18617/liinc.v11i1.778>.